REVISTA DA

INDÚSTRIA BRASILEIRA

#082 ANO 8 OUT 2023

ROBSON BRAGA DE ANDRADE

"Precisamos pensar o Brasil a longo prazo"



13 ANOS DE DIÁLOGO EM MEIO A DESAFIOS E CONQUISTAS DA CNI

Transparência e debate com poderes públicos, imprensa, sociedade e base industrial foram chave para o setor avançar em pautas importantes

CNI

LEGISLATIVO Avanços nas reformas tributária, trabalhista e previdenciária
INOVAÇÃO Novos marcos na atuação da MEI e na transição para a indústria 4.0
GLOBAL Atuação em conferências climáticas internacionais e na integração comercial



A INOVAÇÃO NASCE DO TALENTO E DO ESFORÇO DE MILHÕES DE PROFISSIONAIS DA INDÚSTRIA E CONTRIBUI PARA O CRESCIMENTO DO PAÍS, FORTALECENDO A COMPETITIVIDADE EM DIVERSOS SETORES DA ECONOMIA E GERANDO NOVOS EMPREGOS.

TEM DESENVOLVIMENTO. TEM INDÚSTRIA.
INDÚSTRIA BRASILEIRA. A FORÇA QUE ESTÁ EM TUDO.

SESI SENAI
PELO FUTURO DO TRABALHO

ÀS LEITORAS E AOS LEITORES

Nos últimos 13 anos, a batuta da política e da economia do Brasil esteve nas mãos de quatro presidentes distintos, que conduziram o país por diferentes caminhos e tiveram suas escolhas condicionadas, em diversos momentos, pelo cenário internacional e por contextos internos variados. Diante de tantas transformações, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) adaptou-se tanto para atender às necessidades específicas do setor quanto para ajudar o país a superar gargalos históricos e melhorar a vida dos brasileiros.

Na quase totalidade desses 13 anos, a CNI foi presidida por Robson Braga de Andrade, que deixa o comando da entidade em outubro. Esta edição especial da *Revista da Indústria Brasileira* aborda as principais conquistas desse período, assim como os desafios que ainda devem ser superados.

Entre os destaques, estão a criação da rede de Institutos SENAI de Tecnologia (ISTs) e de Institutos SENAI de Inovação (ISIs), as vitórias dos alunos do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em olimpíadas de conhecimento e Festivais de Robótica, a implementação do Novo Ensino Médio nessas escolas, a inauguração do SESI Lab, o lançamento do Observatório Nacional da Indústria e a divulgação do Plano de Retomada da Indústria.

A aprovação, no Congresso Nacional, de matérias relevantes para a indústria é outro motivo de comemoração. O Marco Legal do Saneamento Básico, a reforma trabalhista, a da Previdência e a tributária — que deve ser finalizada este ano — são exemplos de mudanças necessárias e que contaram com o apoio decisivo da CNI, responsável por unir o setor em torno dessas pautas e comunicar suas preferências ao Executivo e ao Legislativo de maneira clara e transparente.

Além disso, a entidade tem liderado o setor produtivo na adoção de práticas ambientalmente sustentáveis e de tecnologias imprescindíveis à competitividade das empresas brasileiras na era da indústria 4.0. Tudo isso foi incorporado às diretrizes encampadas pela CNI para estimular a reindustrialização do país, um passo fundamental para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

"Sei que há ainda muito a fazer, sobretudo a implementação de uma política industrial que aumente a competitividade do setor. Para isso, é essencial que nossas lideranças políticas e empresariais tenham visão de futuro e levem mais em conta os interesses da nação e da população", afirma Robson Braga de Andrade , em entrevista exclusiva publicada nesta edição.

Boa leitura!

CONHEÇA O SISTEMA INDÚSTRIA

CNI cnibrasil, cnibr, cni_br, cniweb, cni-brasil, cniweb

SESI SESINacional, sesi, sesi-nacional

SENAI senainacional, senai_nacional, senainacional, senaibr, senai-nacional

IEL IELbr, ielbr, iel_br, iel-nacional

SUMÁRIO



6 **REPORTAGEM DE CAPA**
Indústria brasileira se reinventa para atender às necessidades de diferentes contextos econômicos

12 **INFOGRAFIA**
Conheça os principais marcos protagonizados pela CNI desde 2010

14 **ROBSON BRAGA DE ANDRADE**
"É preciso pensar a longo prazo"

18 **AGENDA LEGISLATIVA**
Atuação da CNI resulta em propostas aprovadas no Congresso que melhoram o ambiente de negócios e a qualidade de vida das pessoas

22 **POLÍTICA INDUSTRIAL**
Implantação do Plano de Retomada da Indústria é defendida pelo setor e pelo governo

26 **EDUCAÇÃO E INTELIGÊNCIA**
Conheça as iniciativas do SESI e do SENAI que têm transformado a educação brasileira

34 **INOVAÇÃO**
Institutos SENAI de Inovação desenvolvem projetos pioneiros em parceria com empresas e universidades

38 **SUSTENTABILIDADE**
Indústria é protagonista em soluções sustentáveis e no combate às mudanças climáticas, tanto no país quanto em fóruns internacionais

42 **INTERNACIONAL**
Ações da CNI promovem a indústria brasileira mundo afora e a integram ao comércio global

46 **ARTIGO**
Armando Monteiro Neto, ex-presidente da CNI, escreve sobre as conquistas da indústria brasileira nos últimos 13 anos



Apesar das águas agitadas dos últimos anos, o setor avançou significativamente em sua transição para a indústria 4.0 por meio de iniciativas como a MEI, os Institutos SENAI de Inovação e pesquisas de diagnóstico e acompanhamento



TEMPOS DE DESAFIOS E ÊXITOS NA INDÚSTRIA

NOS ÚLTIMOS 13 ANOS, DIFERENTES CENÁRIOS ECONÔMICOS EXIGIRAM DA CNI CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO RÁPIDA PARA DEFENDER A INDÚSTRIA

Entre 2010 e 2023, o Brasil foi governado por quatro presidentes com programas econômicos bastante diferentes, atravessou contextos de bonança e de aperto e enfrentou uma inédita crise sanitária de escala global. Frente a essas oscilações, as necessidades e os desafios da indústria também mudaram e exigiram constante adaptação para que o setor se mantivesse competitivo e moderno, o que foi viabilizado, em boa parte, graças à atuação da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

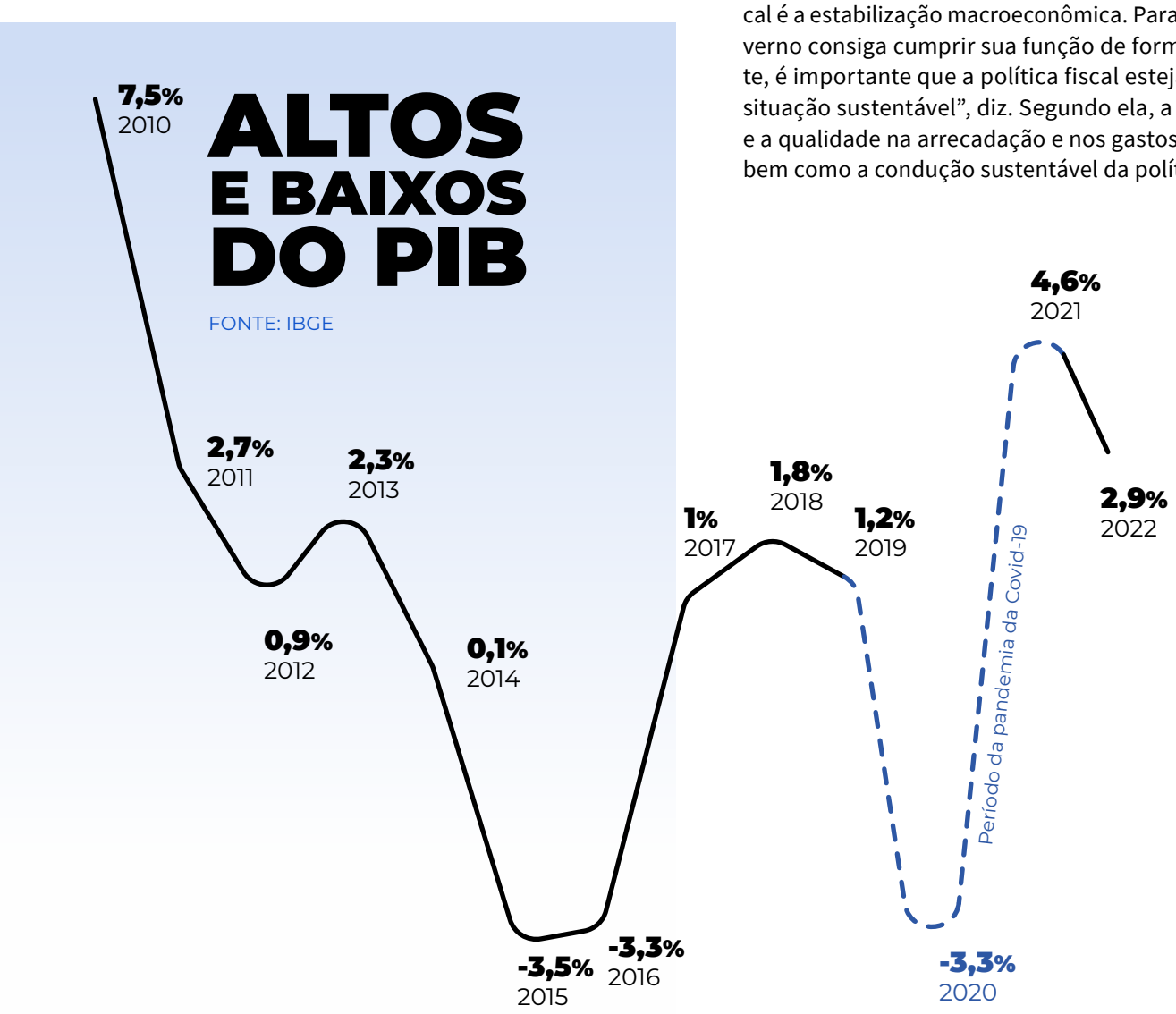
Em 2010, o crescimento de 7,5% do Produto Interno Bruto (PIB), puxado pela alta de 10,1% na indústria, fez da economia brasileira uma das que mais avançaram à época. A estabilidade do real e os programas de redistribuição de renda contribuíram com a alta no emprego e o aumento no consumo das famílias naquele ano.

O bom desempenho econômico dos anos anteriores, que atingiu o ápice em 2010, contou, ainda, com a ajuda de um ambiente externo em geral favorável, principalmente devido à demanda por commodities — item importante na pauta de exportações do Brasil. Ao mesmo tempo, os avanços tecnológicos traziam novos desafios para a indústria brasileira, tanto do ponto de vista da competitividade quanto pela necessidade de antecipar tendências e capacitar empresas e trabalhadores para as mudanças nas cadeias produtivas.

"Isso exigia, por parte da CNI, uma grande capacidade de diálogo com o Executivo e o Legislativo", afirma Armando Monteiro Neto, ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que presidiu a entidade até junho de 2010, quando deixou o cargo para se dedicar à campanha eleitoral ao Senado, pelo PTB de Pernambuco. Ele foi substituído por Robson Braga de Andrade, então presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), eleito para comandar a CNI em 2010 e reeleito em 2014 e 2018.

A criação, ainda em 2012, da rede nacional de Institutos SENAI de Tecnologia (ISTs) teve, entre seus objetivos, atender às necessidades dos principais eixos regionais de desenvolvimento da indústria brasileira. Os estímulos econômicos ajudaram o PIB brasileiro a crescer em 2,7% naquele ano, mas a crise fiscal, resultado do aumento dos gastos públicos, levou a um baixo crescimento entre 2012 e 2014, quando Dilma Rousseff foi reeleita. Depois de cair em 2015 e 2016, o PIB voltou a se recuperar em 2017, com alta de 1%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A economista Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão do Senado Federal, lembra que os problemas fiscais enfrentados pelo Brasil contribuíram para a instabilidade da economia nos últimos 13 anos. “Uma das funções da política fiscal é a estabilização macroeconômica. Para que o governo consiga cumprir sua função de forma eficiente, é importante que a política fiscal esteja em uma situação sustentável”, diz. Segundo ela, a eficiência e a qualidade na arrecadação e nos gastos públicos, bem como a condução sustentável da política fiscal,



são características indispensáveis para a promoção do crescimento econômico.

O ex-presidente da República Michel Temer (MDB), que assumiu o cargo após o *impeachment* de Dilma, em 2016, destaca que sempre discutiu com a CNI os rumos do país, especialmente em temas de interesse do setor industrial. “Com a *Agenda Legislativa da Indústria*, na qual lista os projetos que considera importantes para o setor, a CNI presta um serviço importante para a indústria. Tomo a liberdade de dizer que, ao prestar esse serviço, também faz uma conexão extraordinária com os investidores e as indústrias internacionais”, diz.

Temer acredita que a CNI, nos últimos anos, teve uma atuação relevante a favor da ampliação e da melhora do ensino profissional. “Nos dias atuais, especialmente em face do avanço tecnológico e técnico, é preciso avançar na educação e na compreensão daqueles que trabalharão na indústria. Nesse particular, a CNI, pelos órgãos próprios, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), tem esquemas educacionais extraordinários”, elogia. “Quando ela pensa em melhorar a educação do trabalhador, ela está pensando no desenvolvimento da indústria conectado ao desenvolvimento do próprio trabalho”, conclui o ex-presidente.

Cláudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getulio Vargas (FGV), também considera muito relevantes as ações desenvolvidas pela CNI na área de educação profissional. “É muito importante fortalecer o ensino profissional. Infelizmente, no Brasil, nós temos muito poucas matrículas nessa modalidade. Muitos cursos são estruturados com perfil academicista, sem conexão com o setor produtivo. O interessante na iniciativa do SENAI é que o setor produtivo participa não só na oferta de cursos, mas também no design instrucional, indicando o tipo de profissional que teria empregabilidade em cada região”, argumenta Cláudia.



Cláudia Costin (FGV) defende o fortalecimento do ensino profissional no Brasil e elogia o papel desempenhado pelo SENAI

F: Banco Mundial

DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Para Humberto Barbato, presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), a CNI, "de maneira muito profissional", relatou às autoridades o quanto a indústria brasileira perdeu de importância no PIB e fez propostas claras e objetivas para evitar o processo de desindustrialização precoce pelo qual o Brasil passa. "A melhoria contínua da qualidade técnica dos trabalhos da CNI, reforçada na gestão de Robson Andrade, permitiu, principalmente, que a indústria de transformação se fizesse ouvir. A CNI voltou a aproximar-se da realidade do chão de fábrica, graças à importância conferida ao *Fórum Nacional da Indústria* (FNI)", argumenta.

Segundo ele, o interesse do Congresso Nacional e do Executivo na *Agenda Legislativa da Indústria* é resultado do trabalho feito nos últimos anos. "Ter uma agenda legislativa com nossas posições claramente expressas é uma grande contribuição e demonstra o compromisso que a CNI tem de fazer para que a posição do setor industrial seja claramente entendida por diferentes atores", afirma. Entre as propostas da agenda aprovadas desde 2010 estão a reforma da Previdência, a regulamentação da terceirização e a flexibilização da legislação trabalhista.



Vilma Pinto (IFI) lembra que os problemas fiscais enfrentados pelo Brasil contribuíram para a instabilidade da economia nos últimos 13 anos

Mais do que discutir temas, "a agenda legislativa propõe soluções e propostas com princípio, meio e fim, ultrapassando enunciados gerais", ressalta Fernando Pimentel, diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit). Embora a indústria tenha perdido participação no PIB, Pimentel cita a atuação da CNI durante a pandemia da Covid-19 como um exemplo de busca de soluções criativas para problemas do dia a dia dos brasileiros.

"As indústrias recuperaram respiradores, fabricaram máscaras, aventais cirúrgicos e vacinas. Se não tivéssemos uma indústria bem coordenada e com capacidade de resposta, o Brasil, como outros países, teria

ficado sem máscara, sem vacina e sem outros produtos e insumos cruciais no enfrentamento da pandemia", diz ele.

Outro destaque dos últimos anos, segundo Pimentel, é a agenda de inovação tecnológica, capitaneada pela Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI). "Não nos reunimos para competir, mas para levar uma visão daquilo que acontece em cada setor. Isso foi construído por meio da troca de ideias, que gerou uma agenda que tem sido muito útil e que os próprios governos têm absorvido", avalia.

"É na indústria que a inovação acontece", complementa Reginaldo Arcuri, presidente do Grupo FarmaBrasil (GFB). Ele lembra que também é na indústria que estão os melhores empregos. A CNI, destaca Arcuri, funciona como "um farol alertando para o que ocorreria se o país abrisse mão da sua indústria". Ele acrescenta que, apesar da perda de participação no PIB, "o Brasil continua tendo o parque industrial maior e mais completo e sofisticado da América Latina".

Arcuri recorda que, durante a pandemia, a indústria, em especial a farmacêutica, se provou um setor estratégico para o país. "O Brasil não pode abrir mão da sua segurança sanitária". Nesse contexto, afirma, a CNI tem um papel institucional de articulação no diálogo com o Executivo e o Legislativo. "Se pegarmos os exemplos de rápida industrialização ou de rápida transformação industrial nos países já industrializados, uma coisa é óbvia: há uma grande articulação entre o setor público e o setor privado em torno de decisões comuns que criam vetores para o desenvolvimento", analisa.

Nesse sentido, lembra José Ricardo Roriz, presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), a CNI fez diversas pesquisas para avaliar a situação das empresas em relação à manufatura avançada (indústria 4.0) e entender qual é o caminho para que as indústrias, ao longo do tempo, incorporem essas novas tecnologias. "Houve muitos avanços tecnológicos nos últimos anos, e o Brasil tenta acompanhar — até tem tido um desempenho razoável na melhora do processo produtivo, por exemplo. Um dos pilares da atuação da CNI tem sido melhorar a inovação dentro das empresas, não só das grandes, mas também das pequenas e médias", defende Roriz.



"É na indústria que a inovação acontece" Reginaldo Arcuri (Grupo FarmaBrasil)

Synesio Costa, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Brinquedos (Abrinq), diz que a criação dos Institutos SENAI de Tecnologia e Inovação, a partir de 2011, despertou uma grande quantidade de empresas para um tema que estava "meio morto" nos médios e pequenos negócios. "A indústria 4.0 foi uma revolução que veio para ficar. Foi um pouco na marra quando o assunto começou, mas acabou sendo mais doce e suave, fácil de ser absorvido. Já estamos nos preparando para a próxima etapa para aumentar a competitividade", assegura ele.

Uma jornada de 13 anos

2010

Em 12 de maio, a chapa liderada pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Robson Braga de Andrade, é eleita para a presidência da CNI. Em 17 de novembro, a nova diretoria toma posse, com Robson Braga de Andrade sucedendo oficialmente a Armando Monteiro Neto e tornando-se o 13º presidente da instituição.

2011

Lançado o Programa SENAI de Apoio à Competitividade da Indústria Brasileira, financiado pelo BNDES e destinado à criação da Rede Institutos SENAI de Inovação e de Tecnologia, à modernização dos Centros de Formação Profissional e aquisição de unidades móveis de ensino em todo o país.

2012

Em junho, durante a *Conferência Rio+20*, o presidente da CNI entrega à então ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, documento que mostra como a indústria brasileira reduziu consideravelmente o impacto de sua atividade no meio ambiente desde a *Eco-92*.

2013

Em 17 de setembro, começa a funcionar no Paraná o Instituto SENAI de Inovação (ISI), atuando na área da eletroquímica. Foi o primeiro evento de inauguração de uma rede que agora conta com 28 unidades no Brasil, totalizando mais de R$ 1 bilhão em investimentos, incluindo recursos do BNDES.



Crédito: Agência Sistema FIEP

2014

O currículo do ensino médio da Rede SESI é reformulado, em parceria com a Unesco, para aproximar as atividades escolares das demandas do mercado de trabalho. Para efetivar essa mudança, a entidade promove a capacitação do corpo docente e técnico de 250 escolas.

2015

De 11 a 16 de agosto, a delegação brasileira, composta por 56 estudantes de educação profissional, 50 deles do SENAI, conquista o 1º lugar na *WorldSkills*, a maior olimpíada de carreiras profissionais do mundo. O resultado faz do SENAI uma referência internacional.



Crédito: José Paulo Lacerda

2016

Em janeiro, a CNI realiza a primeira pesquisa nacional sobre a adoção de tecnologias digitais relacionadas à era da manufatura avançada, a chamada indústria 4.0, com 2.225 empresas de todos os portes. A entidade começa a sensibilizar a indústria para a importância desse movimento e atua junto ao governo para criar políticas públicas capazes de apoiar o desenvolvimento tecnológico das empresas brasileiras.

2017

Em 11 de julho, o Senado Federal aprova a proposta de Reforma Trabalhista (PLC 38/2017), que moderniza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em vigor desde 1943. Em março, o Congresso já havia regulamentado a terceirização, outro avanço para a indústria na agenda de relações do trabalho.



Crédito: Senado Federal

2018

No início do ano, o projeto piloto do Novo Ensino Médio começa no SESI de Feira de Santana (BA). Em parceria com o SENAI, o SESI foi a primeira instituição, no Brasil, a implementar as mudanças previstas na Lei 13.415/2017. Outras quatro unidades do SESI (Alagoas, Ceará, Espírito Santo e Goiás) adotam o novo modelo.



Crédito: Agência de Notícias da Indústria

2019

O SESI firma parceria com a Exploratorium — instituição de São Francisco (Califórnia, EUA) que visa estimular reflexões sobre o mundo por meio de aprendizagem, experimentação e investigação nos campos da arte, da ciência e da tecnologia — para criação e implementação do SESI Lab.



Crédito: Agência de Notícias da Indústria

2020

Em 24 de março é lançada a campanha "Vamos juntos superar essa crise — A indústria no combate à Covid-19", para reforçar o posicionamento da CNI, do SESI, do SENAI e do IEL no enfrentamento da pandemia de coronavírus. Em 15 de julho, é sancionado o Marco Legal do Saneamento Básico, que estimula a concorrência e a atração de investimentos para o setor.

2021

Em 9 de novembro, durante a COP26, que ocorre em Glasgow, Escócia, o setor produtivo nacional apresenta sua agenda de sustentabilidade e experiências bem-sucedidas no *Brazilian Industry Day*, por meio de uma série de painéis.

2022

Em 20 de outubro, é lançado o Observatório Nacional da Indústria, base de dados que reúne as principais informações sobre economia, mercado de trabalho, educação e saúde, e acompanha, monitora e avalia programas e ações voltados à indústria brasileira. Neste ano também foi inaugurado o SESI Lab, espaço inédito que conecta arte, ciência e tecnologia, aberto a todos os públicos.



Crédito: Iano Andrade

2023

Em maio, a CNI divulga o Plano de Retomada da Indústria, proposta de política industrial focada em quatro missões, entre elas a descarbonização. O objetivo é desenvolver uma economia que estimule a descarbonização da indústria, a transição energética e a promoção da bioeconomia e da economia circular.



Crédito: Iano Andrade



“PRECISAMOS PENSAR O BRASIL A LONGO PRAZO”

Após 13 anos como presidente da CNI, o empresário **Robson Braga de Andrade** deixou o cargo no final de outubro, com uma longa folha de serviços prestados à indústria e ao país. Nessa entrevista exclusiva para a **Revista da Indústria Brasileira**, ele fala sobre os principais avanços da indústria no período. “Graças à alta qualificação das equipes da CNI, contribuímos para a aprovação de diversos projetos que ajudaram a melhorar o ambiente de negócios no país. Além disso, conseguimos colocar a inovação no centro das estratégias das empresas”, destaca. Ele ressalta, também, a rede de institutos e inovação e tecnologia criada pelo SENAI e a modernização do sistema de ensino do SESI. “Tenho a sensação do dever cumprido, mas sei que há ainda muito a fazer, sobretudo a implementação de uma política industrial que aumente a competitividade do setor”, afirma. “Para isso, é essencial que nossas lideranças políticas e empresariais tenham visão de futuro e levem mais em conta os interesses da nação e da população”.

Quais os principais desafios enfrentados pela indústria ao longo do período em que o senhor esteve à frente da presidência da CNI?

O principal foi o inóspito ambiente de negócios, especialmente a complexidade do sistema tributário e a insegurança jurídica. Além de afugentar investimentos, esses fatores impedem o fortalecimento da indústria, que propaga efeitos positivos sobre o restante da economia, cria mais empregos e paga mais impostos e melhores salários. Em função disso, o crescimento do Brasil se reduziu drasticamente nas últimas décadas. A título de comparação, nos anos de 1970, crescemos a uma média anual de 8,6%, índice 1,4 vezes maior do que a média anual de crescimento da China. Nos últimos 10 anos, a situação se inverteu de forma expressiva. Nesse período, o PIB brasileiro cresceu a uma média anual de apenas 0,5%, índice 12 vezes menor do que o crescimento de 6,2% da China. Para desenvolver de forma sustentável, precisaríamos crescer a uma média de, pelo menos, 4% ao ano. Eis um exemplo concreto de como ficamos para trás: hoje, o Brasil produz as mesmas 40 milhões de toneladas de aço que produzia na década de 1970. A China, por sua vez, aumentou sua produção anual de 20 milhões para 800 milhões de toneladas. O fabuloso crescimento chinês se deveu aos maciços investimentos que o país fez em tecnologia, inovação e educação, incluindo a formação de engenheiros e técnicos, fundamentais para o desenvolvimento industrial.

Nas últimas décadas, o Brasil passou por um intenso processo de desindustrialização. O que precisa ser feito para viabilizar a retomada do setor?

Precisamos de uma política de desenvolvimento produtivo, com amplo apoio às indústrias, para que elas tenham condições de competir de igual pra igual com concorrentes de outros países e aproveitar as janelas de oportunidade abertas pela transformação digital e pela economia verde. As principais economias do mundo já estão fazendo isso, com a mobilização de recursos bilionários para redimensionar suas cadeias produtivas e aumentar a competitividade de suas empresas. A boa notícia é que o atual governo está empenhado em avançar nessa agenda. O fato de termos o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, à frente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços é um bom indicativo nesse sentido.

Que medidas o senhor considera prioritárias?

É essencial agilizar a aprovação da reforma tributária. O texto aprovado na Câmara e que tramita no Senado traz importantes avanços. É preciso também que haja financiamentos de longo prazo, com taxas de juros bem mais baixas. A indústria precisaria de um Plano Safra, como o que subsidia a agropecuária. O Agro é pop, em parte, porque paga apenas 1,8% de impostos. Já a indústria paga 34%, a despeito de representar 24% do PIB. Além disso, é responsável por 69% das exportações de bens e serviços e contribui para a competitividade do agronegócio, uma vez que fornece insumos, máquinas e equipamentos com alta tecnologia para o setor. Outras prioridades são os acordos comerciais, com destaque para o Mercosul–União Europeia, e o aumento de investimentos em pesquisa, tecnologia e inovação. É inconcebível que o Brasil, décima potência mundial, ocupe apenas a 49ª posição no ranking global de inovação.

Quais conquistas ocorridas ao longo da sua gestão na CNI o senhor destacaria?

Nesse período, graças ao qualificado trabalho desenvolvido pelas equipes da CNI, contribuímos para a aprovação de diversos projetos que ajudaram a melhorar o ambiente de negócios. Destacaria as reformas trabalhista e da previdência, a lei da biodiversidade e avanços na infraestrutura, como os marcos legais do saneamento, dos portos e do gás. Conseguimos também colocar a inovação no centro da estratégia das empresas, graças ao trabalho da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI). Ainda nesse campo, destaco a criação, pelo SENAI, da rede de 26 institutos de inovação e 60 de tecnologia, que prestam inestimável apoio para indústrias de todos os portes e regiões. O SESI, por sua vez, tem hoje o melhor sistema de ensino fundamental. Além de um modelo pedagógico avançado, todas as suas escolas estão equipadas com equipamentos de alta tecnologia e oferecem aulas de robótica, que estimulam o raciocínio dos alunos.

O que, na sua visão, está faltando para que o Brasil entre, finalmente, na trilha do desenvolvimento econômico e social?

A meu ver, falta espírito público e visão de futuro de grande parte das lideranças políticas e empresariais do país. Precisamos pensar o Brasil a longo prazo, levando mais em conta os interesses da nação e da população do que interesses paroquiais ou setoriais. Sem mudanças estruturais, dificilmente conseguiremos nos desenvolver de forma sustentável, reduzir desigualdades sociais e regionais, e ter uma maior inserção na economia global. Acho inacreditável, por exemplo, quando um governador ou prefeito fica contra a reforma tributária e alguns segmentos da economia não conseguem enxergar que ela tornará o sistema mais simples e menos oneroso. O novo modelo, certamente, propiciará atração de investimentos, crescimento maior da economia e geração de mais empregos e renda para a população, beneficiando todos os segmentos empresariais, e da arrecadação, que possibilitará mais investimentos públicos em áreas fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do país.

E com relação à CNI, que futuro o senhor vê para a entidade?

Com certeza, o futuro da CNI é muito promissor. Todos os integrantes da nova diretoria conhecem bem os entraves que impedem nossa indústria de ser mais competitiva e o que é preciso ser feito para superar os diversos desafios. Destaco, especialmente, o novo presidente, Ricardo Alban, que fez um excelente trabalho à frente da Federação das Indústrias da Bahia e é um empresário moderno e empreendedor. Além disso, ele tem uma grande capacidade de articulação e um ótimo relacionamento com autoridades dos poderes Executivo e Legislativo, fator fundamental para a viabilização das agendas de interesse da indústria.

LEGISLATIVO E INDÚSTRIA EM SINTONIA

APROVAÇÃO DA PAUTA DEFENDIDA PELA CNI NA *AGENDA LEGISLATIVA* DA INDÚSTRIA MELHORA O AMBIENTE DE NEGÓCIOS E A QUALIDADE DE VIDA DOS BRASILEIROS

Do Cadastro Positivo à regulamentação da terceirização, passando pelas reformas trabalhista e da Previdência, a *Agenda Legislativa da Indústria*, elaborada desde 1996 pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), guiou muitas vitórias no setor nos últimos 13 anos. O documento subsidiou deputados e senadores na discussão de propostas que melhoraram o ambiente de negócios no Brasil e a vida da população. Construída por meio de um debate com as federações estaduais, as associações setoriais e os sindicatos nacionais de indústria, a agenda é atualizada anualmente.

O senador Rogério Marinho (PL-RN) diz que a capacidade da CNI de trazer as demandas vividas na ponta pelo industrial brasileiro foi vital para a aprovação de medidas de interesse do setor produtivo, sobretudo pelo caráter técnico das propostas.

"Na minha passagem pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, tivemos a transformação de mais de mil atos, como decretos, portarias e instruções normativas, em apenas 15", lembra Marinho. "Por meio da NR-12, fizemos uma grande revisão das Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança em máquinas e equipamentos", acrescenta ele, ressaltando a contribuição da CNI nesse processo.



Avanços nas reformas tributária, trabalhista e previdenciária, entre outras mudanças regulatórias, são decisivos para a redução do Custo Brasil e a competitividade não apenas da indústria, mas de todo o setor produtivo do país

Relator na Câmara dos Deputados do projeto que regulamentou a terceirização, o hoje senador Laércio Oliveira (PP-SE) afirma que a lei aprovada atende melhor à sociedade, aos clientes e aos consumidores do que a legislação anterior. “Terceirização é dinamismo, especialização e eficiência, e é praticada no mundo todo”, defende. Segundo ele, a CNI foi uma peça-chave para o avanço de projetos como esse e o da reforma trabalhista. “A modernização das relações de trabalho foi fundamental para a geração de empregos no Brasil. Excetuando-se o período da pandemia, após a aprovação dessas duas legislações, invertemos o gráfico de desemprego e passamos a ter alta no nível de ocupação”, afirma.

Vice-líder do governo no Congresso e coordenador do grupo de trabalho da reforma tributária na Câmara dos Deputados, o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG) diz que a CNI foi protagonista na aprovação da reforma na casa, que, atualmente, está em discussão no Senado Federal. “Ela faz o debate sobre a necessidade de reformar o sistema tributário há décadas com os poderes públicos e toda a sociedade. Os estudos e as argumentações apresentadas pela entidade criaram uma consciência cívica da importância de o Brasil dar esse passo rumo ao desenvolvimento”, avalia.

Com a reforma tributária, explica ele, o Brasil vai adotar um sistema tributário similar ao que é usado em 174 países do mundo, baseado na unificação de impostos, com o Imposto sobre Valor Agregado (IVA). “Estudos demonstram que uma reforma tributária nesses moldes gerará um crescimento adicional da economia de 10% a 20% em uma década. Até hoje, o Brasil insistiu em manter um sistema tributário arcaico e ultrapassado, baseado na cumulatividade, na lógica do imposto sobre imposto. Esse sistema impede o crescimento e o desenvolvimento do país”, afirma Lopes.

A modernização do sistema tributário brasileiro é de extrema relevância para a eficiência econômica do país, complementa o deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), líder da maioria na Câmara dos Deputados, que foi relator da reforma na casa. “Atualmente, o país possui um sistema tributário complexo e oneroso, que impacta negativamente nossa economia. A reforma tributária é fundamental para simplificar, reduzir a cumulatividade de impostos e tornar o sistema mais transparente”, defende. A mudança, diz, deve estimular novos investimentos.

“A reforma tributária contribuirá significativamente para melhorar a economia do Brasil porque tornará o ambiente de negócios mais atrativo. Isso impulsionará o crescimento econômico, atrairá mais investimentos, gerará empregos e reduzirá as desigualdades regionais”, detalha Ribeiro. Segundo ele, as empresas poderão trabalhar com segurança jurídica porque as regras tributárias serão mais claras e estáveis. “A CNI desempenhou um papel importante para qualificar a discussão sobre a reforma tributária. Com a promoção de debates, pesquisas e conteúdos, houve uma melhor compreensão das medidas inseridas na proposta aprovada na Câmara dos Deputados”, argumenta.

ALGUMAS DAS

PRINCIPAIS CONQUISTAS

DA AGENDA LEGISLATIVA

2011
- Cadastro Positivo
- Competência ambiental comum entre a União e os entes federados

2012
- Novo Código Florestal

2013
- Nova Lei dos Portos



2014
- Marco Civil da Internet

Luciana Santana, professora de Ciência Política da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), avalia que, com a implementação dessa e de outras reformas, “o déficit nos ambientes de negócio diminui progressivamente, a dívida se mantém estável ou se reduz e a confiança de toda a população cresce, impulsionando o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e a criação de mais empregos".

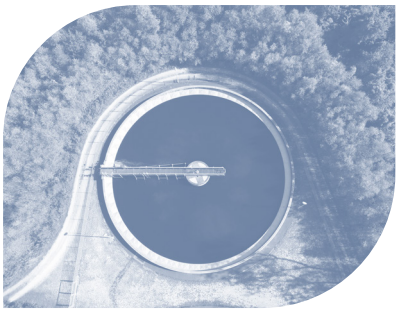
“Aprimorar o ambiente de negócios pode contribuir com uma recuperação econômica mais robusta no Brasil e colaborar com a redução de conflitos e crises políticas. Evidências empíricas mostram que a melhoria do ambiente de negócios é determinante para qualidade de vida, nível de emprego e produtividade”, afirma.

Aprovada em 2019, a reforma da Previdência é citada pelo deputado federal e 1º Vice-Presidente da Câmara Marcos Pereira (Republicanos-SP) como exemplo de medida que traz previsibilidade para a economia. “Sem dúvida, a Previdência Social ainda é um dos grandes gargalos, mas a reforma aprovada unificou as regras de aposentadoria dos trabalhadores do setor privado e do público, estabelecendo idades mínimas para se aposentar. Também foram alterados, por exemplo, os cálculos de renda média para a obtenção do benefício, pensão por morte e auxílio-doença, além de uma regra clara de transição”, diz. Segundo ele, a reforma poderá economizar mais de R$ 850 bilhões aos cofres públicos.

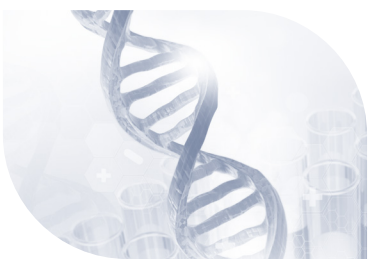
Já o senador Confúcio Moura (MDB-RO), presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado, destaca que o Marco Legal do Saneamento, aprovado em 2020, “é estratégico, tendo em vista que as Regiões Norte e Nordeste padecem de uma aflição muito grande pela falta de esgoto”. Ele diz que a medida pode atrair novos investimentos privados por meio das concessões dos serviços de saneamento básico em todo o país.

Relator do Marco do Saneamento na Câmara, o deputado federal Júlio Lopes (PP-RJ) classificou a atuação da CNI como relevante para a aprovação da medida. “Foi uma atitude muito proativa, muito assertiva sobre a necessidade da construção de um pacto do saneamento. Hoje nós temos uma outra realidade no país, haja vista o que está sendo feito no Rio de Janeiro. A terceirização dos serviços da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) do Rio para três companhias privadas está tendo um desempenho extraordinário, mostrando já os primeiros sinais de revitalização da Baía de Guanabara, da Lagoa Rodrigo de Freitas e de outras áreas”, analisa.





2015
- Acesso ao Patrimônio Genético



2016
- Fim da participação mínima da Petrobras no pré-sal

2017
- Reforma trabalhista

2018
- Proteção de dados pessoais

2019
- Reforma da Previdência Social



2020
- Marco Legal do Saneamento Básico

2021
- Nova Lei do Gás
- PEC do Pacto Federativo

2022
- Nova Lei da Antenas
- Trabalho remoto para gestantes

FONTE: CNI



A RETOMADA DA POLÍTICA INDUSTRIAL

ATUAÇÃO DA CNI RECUPEROU AS CONDIÇÕES PARA QUE O PAÍS VOLTE A TER UM PLANO ESTRATÉGICO PARA O SETOR

Na última década, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) liderou esforços para consolidar uma política industrial no Brasil, passo crucial rumo à reindustrialização. O Plano de Retomada da Indústria, apresentado em maio pela entidade ao governo federal, tornou-se o principal marco dessa jornada. Essa é a opinião de especialistas, representantes de indústrias e membros do governo.

De acordo com Paulo Camillo Penna, presidente do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC) e da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), a CNI teve papel estratégico ao propor uma política industrial para o Brasil que fosse efetiva e que olhasse para os desafios atuais. “Nos últimos anos, houve o que se denominou desindustrialização, e o Plano de Retomada vem para corrigir essa lacuna, não só estabelecendo programas e projetos, mas também enfrentando questões atuais, como as mudanças climáticas”, pontua.

O professor de Economia Júlio Almeida, diretor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), concorda: “Nós ficamos sem política industrial durante muito tempo e isso fez um mal muito grande para o setor. Mas a CNI, coordenada pelo seu presidente, Robson Braga de Andrade, fez um movimento importante para ter de volta uma política industrial para o Brasil”.

O diretor do IEDI afirma que um aspecto fundamental da construção dessa política foi o fato de a CNI ter conseguido unir o setor produtivo. “[Ela] reuniu federações, sindicatos e associações empresariais; deu a todos os atores condições de participar do debate”, resume, ressaltando que a criação do Fórum Nacional da Indústria (FNI) é um grande legado da gestão atual da entidade. “O FNI representa isto: todos sentados juntos numa grande mesa”, define.

O Plano de Retomada da Indústria foi proposto com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico do Brasil por meio de uma política industrial



O vice-presidente Geraldo Alckmin elogia a atuação da CNI em prol do desenvolvimento científico-tecnológico sustentável

moderna, focada na necessidade de reduzir as emissões de gases de efeito estufa e na disseminação das tecnologias digitais. Ele se estrutura em quatro missões estratégicas: descarbonização, transformação digital, saúde e segurança sanitária e defesa e segurança nacional, com 60 ações distribuídas em nove áreas, incluindo tributação, financiamento, comércio internacional e infraestrutura.

Venilton Tadini, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), também faz coro no sentido de que a CNI foi a grande responsável por colocar na agenda a necessidade de recuperar uma política industrial e destaca o fato de a instituição ter conseguido coordenar propostas de médio e longo prazos. "Ter uma política industrial foi, por um bom tempo, demonizado, mas a CNI conseguiu articular uma política junto com um programa de desenvolvimento de médio e longo prazos, e isso foi fundamental", avalia.

Dessa forma, segundo ele, a entidade trouxe discussões sobre tudo o que afeta o desenvolvimento da indústria e a forma de tratar os incentivos, sejam de natureza creditícia ou financeira. "As propostas foram articuladas com os limites do endividamento público e com critérios claros de metas e prazos para segmentos específicos, além da identificação de novos segmentos, como os que estão nas missões do plano", detalha.

DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin considera pioneira a atuação da CNI na condução de uma política industrial que foca o desenvolvimento científico-tecnológico sustentável: "O presidente Robson Andrade foi muito corajoso e visionário ao preconizar a necessidade de o Brasil priorizar o desenvolvimento científico e tecnológico, com foco na inovação, na economia de baixo carbono e nas exportações", diz. Alckmin avalia que a estratégia gerou ganhos de produtividade, aumento da competitividade e mais integração ao mercado global.

O vice-presidente acrescenta que a atual gestão da CNI conseguiu abraçar temas importantes e contemporâneos, como a digitalização. "Também chamou a atenção para a consequente e necessária digitalização dos serviços, para a desburocratização de processos e para a redução da insegurança jurídica, ou seja, foi uma gestão pautada pela premissa de que não existe país desenvolvido sem uma indústria forte", pontua Alckmin.

CONVERGÊNCIA E SINTONIA

Acima de tudo, o Plano de Retomada da Indústria tem o propósito de fortalecer o debate sobre a necessidade de uma reindustrialização do país, incluindo a governança em um ambiente de negócios saudável. O plano traz, de forma pioneira, missões claras, representa novo enfoque de política industrial e consegue aderência junto ao governo federal.

"As missões que a CNI propôs foram integralmente incorporadas às prioridades e aos eixos de trabalho do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Além disso, todas as propostas

estão no Plano de Transição Ecológica do governo federal e praticamente todas também estão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)", frisa Lytha Spíndola, diretora de Desenvolvimento Industrial e Economia da CNI.

MARCOS REGULATÓRIOS

O processo de implantar uma política industrial passa pela aprovação de todo um arcabouço regulatório para melhorar o ambiente de negócios e mirar a transição para uma economia de baixo carbono. É a agenda capaz de inserir o Brasil nas cadeias globais de valor e impulsionar o crescimento econômico.

Nesse sentido, a CNI tem trabalhado para a aprovação de uma série de leis, marcos regulatórios e outros tipos de norma, e tem colecionado êxitos na última década, como nos marcos trabalhista e previdenciário e na aprovação da reforma tributária, na Câmara dos Deputados.

A aprovação da reforma tributária foi destacada pelo vice-presidente Alckmin como uma grande vitória de atuação da entidade nos últimos tempos: "Na agenda da competitividade, outro aspecto importante foi a atuação em prol de uma reforma tributária focada na simplificação do nosso sistema, com a unificação de impostos, como vem fazendo o governo, o que trará grande alívio para o setor produtivo", argumenta.



ENSINO DE REFERÊNCIA

COM ESTRUTURAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS, SESI E SENAI SE DESTACAM NA OFERTA DE EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL NO BRASIL

Desde a década de 1940, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI) têm sido grandes parceiros do Brasil em diversas áreas, especialmente na formação educacional e profissional dos brasileiros. Nos últimos anos, projetos inovadores e conectados com as demandas atuais tornaram as duas instituições referência em educação.

No nível básico de ensino, o SESI é a maior rede privada do país. São 514 escolas em todos os estados e 706 mil estudantes distribuídos entre a formação regular, a educação continuada e a educação de jovens e adultos (EJA). Todas as unidades são orientadas para as necessidades do mundo do trabalho e adotam metodologia avançada, materiais didáticos exclusivos e currículos inovadores com foco na metodologia STEAM – sigla em inglês para Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática.

Como explica o diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Lucchesi, o foco do SESI são os filhos de trabalhadores da indústria com renda média baixa. “Fazemos uma escola de excelência, pois queremos contribuir com a educação brasileira. Temos o enorme desafio de melhorar a qualidade do ensino, porque o país ainda patina nessa área. Talvez sejamos a única nação do planeta que fez uma revolução industrial, mas não uma revolução educacional”, argumenta Lucchesi, que também é diretor-geral do SENAI e diretor-superintendente do SESI.

Para garantir bons resultados, as escolas do SESI investem em um processo de avaliação permanente e oferecem reforço para todos os estudantes com dificuldade na aprendizagem. “Não deixamos ninguém para trás, o que vai ao encontro do que os países mais avançados fazem”, comemora Lucchesi.

Nos últimos anos, o SENAI investiu em tecnologias 4.0 e expandiu o número de unidades, chegando a mais de 90% dos municípios



5 GRANDES AVANÇOS NA EDUCAÇÃO DO SENAI

1 EMPREGABILIDADE:
84,4% dos ex-alunos de cursos técnicos empregados - percentual crescente desde 2017

2 ALCANCE:
aumento de 2,3 milhões para 2,8 milhões nas matrículas de 2010 a 2022, em 92% dos municípios brasileiros - número chegou a 3,4 milhões em 2014

3 DESEMPENHO:
aumento de 60% para 81% no nível adequado/avançado de aprendizagem dos alunos

4 INFRAESTUTURA:
429 escolas com laboratórios 4.0

5 PADRONIZAÇÃO:
portfólio único e nacional para todos os setores industriais em 1.249 cursos

F: Leudo Lima

SESI E SENAI EM NÚMEROS (2022)

SESI

2.570 municípios atendidos

514 escolas

228.214 matrículas em educação básica e regular

389.355 matrículas em educação continuada

86.868 matrículas em Educação de Jovens e Adultos

41.614 empregados

438 unidades móveis

6.056.480 pessoas beneficiadas com Programas em Saúde e Segurança no Trabalho

2.769.159 pessoas beneficiadas em Promoção da Saúde

57.595 empresas atendidas com serviços em Saúde e Segurança no Trabalho e Promoção da Saúde

SENAI

5.309 municípios atendidos

520 unidades operacionais

517 unidade móveis

2.831.069 matrículas em educação profissional e tecnológica

29.995 empresas atendidas com consultoria em tecnologia e inovação

26 Institutos SENAI de Inovação

60 Institutos SENAI de Tecnologia

31.433 empregados



PIONEIRISMO

Focadas no princípio da autonomia, por meio do qual cada jovem constrói seus projetos de vida e de carreira, as escolas do SESI oferecem as ferramentas necessárias para que esses objetivos sejam alcançados. Nesse sentido, a rede foi pioneira ao implementar, em 2018, o novo ensino médio. Os primeiros 198 estudantes chegaram ao final de 2020 formados no ensino médio e diplomados como profissionais em Eletrotécnica. Em cinco anos, até 2022, 50,2 mil alunos passaram pelo modelo nas escolas SESI de 25 unidades da Federação.

Além disso, desde 2006, o SESI oferta a seus estudantes o programa de robótica. Nele, os alunos projetam, constroem e programam robôs para enfrentar desafios específicos em torneios. As atividades consistem em uma poderosa ferramenta pedagógica que possibilita o primeiro contato de alunos dos ensinos fundamental e médio com as áreas de programação, mecânica e design, estimulando o raciocínio lógico, a solução de problemas, o trabalho em equipe, a criatividade e a comunicação.

Ex-aluna da unidade SESI Gama, no Distrito Federal, Giovana de Souza Fontes estuda, atualmente, engenharia de software na Universidade de Brasília (UnB) e conta como a escola foi fundamental para a sua escolha. “O SESI foi de grande ajuda para o meu ensino superior, já que eu não tinha certeza sobre qual área seguir. Nos três anos do ensino médio, as aulas de robótica me permitiram aprender diferentes coisas e descobrir que a área da tecnologia era a que eu gostaria de seguir profissionalmente”, diz.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Nos últimos anos, o SENAI se tornou o maior complexo de educação profissional e de serviços tecnológicos da América Latina. A excelência do ensino ofertado nas suas unidades é evidenciada pelos resultados dos estudantes em competições internacionais. Em 2019, por exemplo, a equipe do SENAI ficou em 3º lugar na *WorldSkills*, a olimpíada internacional de profissões técnicas, realizada na Rússia. Em 2017, nos Emirados Árabes Unidos, o time obteve a 2ª colocação e, em 2015, aqui no Brasil, os competidores treinados pelo SENAI foram os grandes vencedores. Em todas as edições, os estudantes venceram concorrentes de nações que são referência em educação, como Coreia do Sul, Japão e Alemanha.

Outro destaque foi o papel desempenhado pelo SESI e pelo SENAI nas discussões sobre o Novo Ensino Médio. As instituições tiveram papel relevante na defesa do itinerário de Formação Técnica e Profissional (FTP). Em 2018, as instituições foram pioneiras na implementação de projeto piloto do novo modelo em 5 estados (Bahia, Alagoas, Ceará, Espírito Santo e Goiás).

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Getúlio Marques Ferreira é um entusiasta da formação ofertada nas unidades do SESI e do SENAI. “São duas instituições reconhecidas, com formação de nível internacional. Estão entre as melhores experiências que temos em termos de empregabilidade dos egressos da formação profissional. Por isso, têm o nosso aval, o nosso crédito, e estão entre as melhores do mundo”, elogia.

SESI LAB COMEMORA UM ANO DE SUCESSO

ATÉ OUTUBRO DE 2023, FORAM MAIS DE 220 MIL VISITANTES, SENDO MAIS DE 40 MIL ESTUDANTES BENEFICIADOS POR MAIS DE 1,5 MIL ATIVIDADES EDUCATIVAS E CULTURAIS.



Criado para ser uma inspiração para o futuro da sociedade, o SESI Lab completou um ano reconhecido como um *hub* de arte, ciência e tecnologia. Localizado no coração de Brasília (DF), o espaço celebra números significativos. Até outubro de 2023, foram mais de 220 mil visitantes, sendo 40 mil estudantes beneficiados por mais de 1,5 mil atividades educativas e culturais.

Com uma abordagem criativa e inspiradora, o museu é 100% interativo e foi sistematizado dentro da concepção de educação integral e ao longo da vida. Para isso, foca o desenvolvimento de múltiplas potencialidades, com aprendizados que vão além de conceitos e conteúdos, objetivando a compreensão dos fenômenos e sua aplicação em situações e contextos sociais.

Gerente-executiva de Cultura do SESI, Cláudia Ramalho define como mágico o trabalho desenvolvido ali. “Temos três objetivos de aprendizagem que são conectar, liderar e criar. Dessa forma, queremos que todos se sintam estimulados a uma busca genuína pelo conhecimento, experimentem a possibilidade de falha e se perguntem o que aconteceu. Muito mais do que dar respostas, a gente quer estimular o visitante a fazer perguntas”, resume.



Claudia Ramalho (SESI) diz que o SESI LAB pretende “muito mais do que dar respostas, estimulando o visitante a fazer perguntas”



Escola SESI de Referência em Vitória (ES), representa um marco para a educação do estado e reforça o compromisso da indústria com o ensino de qualidade

ESCOLAS SESI DE REFERÊNCIA

Com as primeiras inaugurações realizadas em 2022, as Escolas SESI de Referência contam com uma infraestrutura física a serviço da proposta pedagógica, com salas por área de conhecimento, material didático autoral, sistema de avaliação focado na aprendizagem, formação continuada de professores e programas de educação tecnológica e de desenvolvimento socioemocional.

Tudo isso alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O modelo já está em funcionamento em 14 unidades em oito estados – Alagoas, Amapá, Bahia (6 unidades), Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Paraná (2 unidades) e Santa Catarina. Outras 28 unidades estão com obras em andamento e mais 33 unidades iniciarão os seus projetos nos próximos meses.

As Escolas SESI de Referência levam os cinco elementos do STEAM – investigar, descobrir, conectar, criar e refletir – para o centro do processo pedagógico, com o objetivo de inspirar o aluno a se tornar protagonista da própria história. O intuito é sintonizar a rede de ensino do SESI com um mundo em constante evolução e proporcionar aos alunos acesso à sua formação integral, por meio de experiências práticas que estimulam o desenvolvimento de competências cognitivas e emocionais.



Márcio Guerra Amorim, Gerente Executivo do Observatório Nacional da Indústria, enfatiza os três pilares de atuação do órgão: Big Data, prospecção e trabalho em rede

TECNOLOGIA E CONHECIMENTO A SERVIÇO DA INDÚSTRIA

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA INDÚSTRIA UNE DADOS, TRABALHO EM REDE E PROJEÇÃO DE CENÁRIOS EM PROL DO SETOR

Apostando na fusão de conhecimento baseado em evidências, tecnologia e *storytelling*, o Observatório Nacional da Indústria (ONI) completou um ano de criação no último dia 22 de outubro. Desenvolvida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) para operar como um *hub* de inteligência, a iniciativa tem se constituído em um relevante canal de compreensão dos desafios atuais e futuros da indústria.

Mais de 200 bases de informação foram mapeadas e estão sendo integradas ao *Data Hub* do observatório. São dados sobre temas estratégicos para a indústria, como economia, mercado de trabalho, tecnologia e inovação, educação e saúde, que favorecem a tomada de decisões institucionais e auxiliam o diálogo com gestores governamentais, fomentando o desenvolvimento de políticas públicas. A expectativa é de que a integração de dados reduza em até 60% o tempo médio para a realização de estudos setoriais.

Como explica Márcio Guerra Amorim, gerente-executivo do Observatório Nacional da Indústria, a integração de dados consiste em apenas um dos três pilares da iniciativa. "Além do *Big Data*, trabalhamos no sentido de antecipar futuros, bem como na construção de uma grande rede colaborativa", diz ele.

O ONI tem em sua genética um caminho de mais de 20 anos, iniciada no SENAI, no desenvolvimento de estudos, pesquisas e projeções. Além disso, para construção de Rede de Observatórios, conta com apoio da FIEC, FIEP e FIESC por meio dos seus Observatórios. Junto com o ONI, esses observatórios estaduais desenvolveram uma metodologia para apoiar a criação e o fortalecimento de novos observatórios da rede.

"Chegaremos ao final de 2023 com 20 observatórios estaduais. A partir daí, teremos ampliada a capacidade de gerar estudos, pesquisas, análises e produtos de inteligência estratégica e prospectiva dentro do Sistema Indústria", explica Márcio Guerra.

SALA DE SITUAÇÃO

Entre os destaques do Observatório Nacional da Indústria está a existência de um espaço físico, na sede da CNI, em Brasília (DF), totalmente equipado com tecnologias inovadoras. O ambiente explora recursos digitais e realidade virtual e aumentada, para entregar múltiplas experiências aos usuários.

Lá têm sido realizadas audiências com autoridades, como ministros, embaixadores, parlamentares e pesquisadores para debater assuntos de interesse da indústria. Apenas no primeiro ano desde a inauguração, cerca de 1.400 pessoas já visitaram as instalações do Observatório Nacional da Indústria.



A usina Dona Francisca (DFESA) passou a monitorar continuamente sua barragem e os riscos após a parceria firmada com o Instituto SENAI de Inovação (ISI) em Sistemas Embarcados, de Florianópolis

O FUTURO CHEGOU

HÁ MAIS DE UMA DÉCADA, INSTITUTOS SENAI DE INOVAÇÃO AJUDAM A COLOCAR A INDÚSTRIA BRASILEIRA NA VANGUARDA TECNOLÓGICA MUNDIAL

O desafio da usina hidrelétrica Dona Francisca (DFESA) era grande e complexo: monitorar continuamente sua barragem de 50 metros de altura (equivale a um edifício de 20 andares) e 500 metros de comprimento de forma segura e eficiente, tornando a análise de riscos e a tomada de decisões mais ágeis e confiáveis, e sem colocar em risco nenhuma vida humana.

A solução foi possível graças a uma parceria com o Instituto SENAI de Inovação (ISI) em Sistemas Embarcados, de Florianópolis-SC: a inspeção passou a ser feita por drones. Surgia assim o projeto *Barragem 4.0*, que contou ainda com o apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da UpSensor, da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii).

Paulo Kafer, dono da DFESA, explica como eram os riscos envolvidos no monitoramento da barragem, que fica no rio Jacuí, no centro do Rio Grande do Sul, com capacidade de geração de 125 MW. “Os engenheiros especializados iam de degrau em degrau, com GPS numa mão e máquina de fotografia na outra. Quando identificavam uma trinca no concreto, fotografavam, demarcavam o local e continuavam subindo. Claro que tinha o equipamento de segurança, mas ainda assim era um risco altíssimo. Imagina se o profissional tem um mal súbito? Ele vai ficar pendurado no cinto. Era uma atividade de altíssimo risco e agora ficou muito melhor, em todos os sentidos”.

Isso ocorre porque os riscos geotécnicos, ambientais e hidráulicos a que uma barragem está sujeita demandam monitoramento e controle não apenas da água armazenada ou do fluxo, mas também de estruturas de armazenamento, reservatórios, fundação e ombreiras. São inúmeras variáveis mensuradas, comparadas e gerenciadas, por causa da imensa pressão que exercem os bilhões de litros de água, além das variações de temperatura existentes. Isso tudo pode resultar em movimentações na barragem.

A inovação desenvolvida permitiu uma inspeção mais segura e eficiente. O drone faz um monitoramento aéreo e captura, de uma única vez, 10 mil fotos em alta resolução. Depois, um software as organiza e as compara automaticamente com imagens anteriores para identificar trincas minúsculas e falhas na estrutura, e um algoritmo de reconhecimento de danos sinaliza regiões com anomalias detectadas. Graças ao uso de inteligência artificial, o sistema também aprende a identificar (ou descartar) problemas significativos ou não ao longo do tempo, garantindo avaliação contínua. “Antes, não conseguíamos detectar trincas menores, pois não seriam visíveis a olho nu, mas para uma máquina de altíssima definição, sim”, explicou Paulo.

Além de melhorar a segurança no trabalho, o projeto tem potencial para ser modelado e aplicado em outras estruturas de concreto, como edifícios, oferecendo soluções inovadoras e seguras para diversos tipos de monitoramento.

"Eu não tinha ideia desse potencial do SENAI em tecnologia e inovação. Quando eu comecei a fazer as primeiras visitas ao ISI de Santa Catarina, foi de cair o queixo mesmo, eu te confesso. Eu vi satélite, submarino e essa gestão de sistema de barragens... foi algo que me impressionou bastante!", compartilhou Kafer.

O case da DFESA ilustra como a Rede ISI encontra todo tipo de solução para os desafios das empresas. São diversas áreas contempladas, como transformação digital, descarbonização, transição energética, bioeconomia, economia circular e tecnologias aeroespaciais. Desde 2012, quando a rede foi implementada – contando com parceria do Instituto Fraunhofer, da Alemanha, e do MIT, dos Estados Unidos –, mais de 1.190 empresas de todos os portes já foram atendidas em todo o território nacional. Atualmente, são 28 institutos espalhados em 13 estados, com portfólio de mais de 2.950 projetos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I), somando mais de R$ 2 bilhões investidos.

"Os Institutos SENAI de Inovação se consolidaram como uma ponte entre o meio acadêmico e as necessidades do empresariado nacional", explicou Rafael Lucchesi, diretor-geral do SENAI, lembrando que, dos cerca de 1.250 colaboradores que atuam nos institutos, 49% são mestres e doutores. "Além de apresentarem soluções para os desafios das empresas, gerando benefícios econômicos e operacionais, os projetos contribuem para ganhos sociais e ambientais, como diminuição da exposição de trabalhadores ao risco, prevenção de desastres e redução de emissões de gases de efeito estufa", resumiu.

NOVO BIOINSUMO AGRÍCOLA

Outro projeto recente e inovador da Rede ISI é a criação de um novo bioinsumo agrícola a partir de extrato pirolenhoso obtido do processamento termoquímico de biomassa residual. O produto da Companhia Usina Tecpar (Tecnored) e Agrivalle Brasil Bioinsumos Agrícolas, em parceria com o Instituto SENAI de Inovação em Biomassa, de Três Lagoas (MS), com apoio da EMBRAPII, tem diversos potenciais, como ação antimicrobiana, bioestimulante e agente dessecante. Além disso, possibilitará o controle de plantas daninhas e ganhos no crescimento das plantas e na saúde do solo, resultando em mais produtividade, sustentabilidade e redução de prejuízos econômicos para a agroindústria.

"O desafio que tínhamos era dar uma finalidade à enorme quantidade de extrato pirolenhoso que tínhamos – ele que é um subproduto do processo de carbonização que usamos muito na nossa empresa", contou Otávio Danelussida, da Tecnored. "Vimos que uma das opções era aplicar esse material na agricultura,

MARCOS E NÚMEROS

INSTITUTOS SENAI DE INOVAÇÃO

NA ÚLTIMA DÉCADA



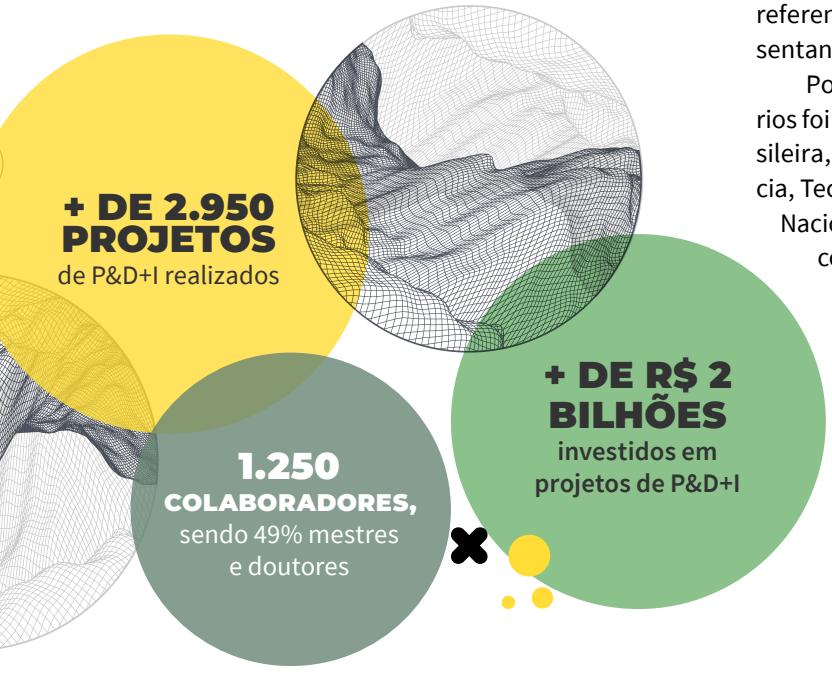
mas não tínhamos o *know-how*. E foi aí que entrou a ideia do projeto em parceria com Instituto SENAI de Inovação em Biomassa", completou.

Atualmente, os Institutos SENAI de Inovação são reconhecidos pela atuação na pesquisa aplicada, ou seja, o emprego do conhecimento de forma prática, e no desenvolvimento de novos produtos e soluções customizadas para as empresas. Com ideias que geram oportunidades de negócio, cada instituto acompanha os projetos desde os primeiros passos até as fases finais, na entrega dos produtos.

Os institutos trabalham em conjunto, formando uma rede multidisciplinar e complementar. São responsáveis por novas tendências de desenvolvimento tecnológico e mudanças que emergirão de demandas da indústria e da sociedade. "Nessa posição, a rede tem a oportunidade única de ajudar a desenhar e influenciar cenários futuros com desenvolvimento tecnológico disruptivo e relevante para a sociedade. Considerando seu propósito e direcionamento estratégico, e valendo-se de suas competência técnica, capacidade e infraestrutura capilar disponível em todo o país, os Institutos de Inovação se destacam como um dos atores de maior influência no cenário brasileiro", analisou Lucchesi.



Os Institutos SENAI de Inovação são a ponte entre o meio acadêmico e as necessidades do empresariado nacional, diz Rafael Lucchesi, diretor-geral do SENAI



MOBILIZAÇÃO EMPRESARIAL PELA INOVAÇÃO (MEI)

A iniciativa, coordenada pela CNI, envolve hoje cerca de 500 empresas e tem o intuito de reforçar a atenção dos governos e do próprio empresariado para a importância da inovação como instrumento de crescimento econômico e bem-estar social. A partir de 2016, as ações da MEI ganharam impulso com a criação de grupos de trabalho para tratar de questões específicas referentes à inovação, cada um composto por representantes dos setores público, privado e acadêmico.

Por meio do trabalho contínuo com os empresários foi possível inserir a inovação na Constituição Brasileira, participar da criação do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, descontingenciar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, manter o incentivo fiscal da Lei do Bem. A MEI, ao longo dos seus 15 anos, duplicou o número de engajamento de líderes empresariais por meio das reuniões que propiciavam um amplo debate de políticas públicas de inovação para o país, além dos diversos programas de difusão e promoção da inovação, como as imersões e parceria para inovação aberta.

SUSTENTABILIDADE NO CENTRO DA PAUTA

INDÚSTRIA É PROTAGONISTA EM SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS E NO COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, TANTO NO PAÍS QUANTO EM FÓRUNS INTERNACIONAIS

O desenvolvimento sustentável tornou-se estratégico para o setor produtivo e para a inserção do Brasil nas cadeias globais de valor. Atenta a isso, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) definiu a descarbonização como uma das quatro missões de seu Plano de Retomada da Indústria, apresentado ao governo federal em maio. A missão propõe estratégias visando a uma economia de baixo carbono, com estímulos à transição energética, à implementação de um mercado regulado de carbono no país e à promoção da bioeconomia e da economia circular.

"Sabemos que a agenda de sustentabilidade é estratégica e já está incorporada às empresas, às associações e às federações de indústria", afirma Davi Bomtempo, gerente-executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI. "Com isso, a indústria brasileira vem se modernizando, se tornando mais competitiva e se inserindo no contexto internacional", explica.



Nos últimos cinco anos, o setor conquistou avanços notáveis na área ambiental. Uma dessas vitórias foi a aprovação e a ratificação, em 2021, do Protocolo de Nagoia, que versa sobre acesso e repartição de benefícios genéticos. “A ratificação abriu caminho para que o país participe das negociações internacionais e influencie, de maneira efetiva, decisões e futuras legislações de outros países, trazendo maior segurança jurídica e transparência para as relações comerciais”, avalia Bomtempo.

Mariana Lisbôa, *head* global de Relações Corporativas da Suzano, gigante de papel e celulose, acredita que a condução da agenda ambiental pela CNI junto ao Congresso é de extrema importância para o futuro da indústria. “A CNI desempenha papel crucial ao promover o diálogo entre o setor e o governo. Isso inclui o desenvolvimento de políticas públicas que incentivem práticas sustentáveis e a colaboração entre os setores público e privado na busca por soluções para desafios ambientais”, argumenta.

A indústria está atuando, por exemplo, na modernização do processo de licenciamento ambiental, tratado no Projeto de Lei 2.159/2021, aprovado na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado. Essa modernização é vista como essencial para tornar o arcabouço regulatório mais eficiente, dando previsibilidade e racionalidade ao processo de licenciamento.

O governo também endossa a avaliação do setor industrial sobre o papel da entidade. “A CNI tem contribuído significativamente para elevar a conscientização sobre as questões ambientais, bem como para desenvolver soluções e melhores práticas para a indústria”, diz Rodrigo Rollemberg, secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).



A geração de energia eólica *offshore* é uma das apostas para uma economia de baixo carbono

O POTENCIAL DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

Outra medida importante é o arcabouço regulatório sobre energias renováveis, como hidrogênio verde e energia eólica *offshore*, que têm potencial de tornar produtos e serviços brasileiros mais competitivos. O Projeto de Lei 576/2021 – Marco Regulatório da Eólica Offshore – estabelece diretrizes para exploração do potencial energético em alto mar e teve seu substitutivo aprovado na Comissão de Infraestrutura do Senado.

De acordo com Jorge Arbache, vice-presidente do Setor Privado do Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF), um tema relevante para a indústria, que ganhou destaque graças à atuação da CNI, foi o *powershoring*, um novo conceito de estratégia empresarial de localização de plantas industriais e de produção em países com farta oferta de energias limpas, baratas, seguras e abundantes, a exemplo do Brasil.

"É uma discussão muito recente e está recebendo ênfase oportuna e estratégica da CNI, que entende que o futuro da indústria passa pela agenda de sustentabilidade. A entidade abraçou o *powershoring*, o que a coloca, na minha perspectiva e na perspectiva de muita gente, na fronteira das discussões sobre a moderna indústria do século 21", resume.

MERCADO DE CARBONO

O Brasil tem progredido em direção a um mercado regulado de carbono graças à aprovação, no Senado, do projeto de lei (PL) que regulamenta esse instrumento e que deve beneficiar substancialmente a indústria. De acordo com Rollemberg, a aprovação do PL demonstra o compromisso do Brasil e da indústria de enfrentar questões relacionadas às mudanças climáticas, alinhando-se com os objetivos globais.

"Isso reflete o comprometimento da indústria brasileira em adotar práticas mais sustentáveis e contribuir com a mitigação das mudanças climáticas. O mercado de carbono também pode abrir portas para importantes investimentos que ajudarão a gerar empregos e a promover o desenvolvimento do nosso país", defende Rollemberg.

"Essa é uma conquista que governo e indústria devem enfatizar na próxima Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a COP28", afirma o secretário, referindo-se à mais importante conferência global sobre o tema, que ocorrerá de 30 de novembro a 12 de dezembro, em Dubai.

MARCOS PARA A INDÚSTRIA

NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

2012

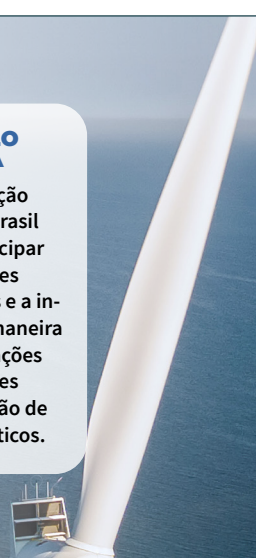
RIO+20

A conferência representou um marco na atuação da CNI, quando a entidade mobilizou a indústria brasileira para a construção de 16 documentos setoriais de compromissos ambientais.

2021

PROTOCOLO DE NAGOIA

Com a ratificação do acordo, o Brasil passou a participar das negociações internacionais e a influenciar, de maneira efetiva, legislações de outros países sobre repartição de recursos genéticos.



DESTAQUES INTERNACIONAIS: RIO+20 E COPS

Além dos avanços na agenda regulatória, fóruns internacionais como as COPs e o B20 (braço empresarial do G20) são uma plataforma para que a indústria brasileira demonstre seus esforços e apresente propostas em direção a uma economia de baixo carbono. A CNI tem desempenhado papel ativo nesses fóruns.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, realizada em 2012 no Rio de Janeiro, representou um marco na atuação da CNI. A entidade liderou a mobilização da indústria brasileira na construção de 16 documentos setoriais de compromissos ambientais, lançados no evento *Encontro da Indústria para a Sustentabilidade*. "Foi, de fato, um marco que contribuiu para posicionar a indústria nacional como parte da solução para os desafios socioambientais do Brasil", analisa Bomtempo.

Já as COPs têm evoluído ao longo do tempo, com a participação não apenas de equipes técnicas e governos, mas também de CEOs, presidentes de associações e líderes de grandes organizações. "A CNI está comprometida em levar empresas para participar ativamente das COPs, porque enxerga oportunidades de negócio", afirma o gerente-executivo da CNI, destacando que a entidade apresentou, em outubro, o documento "Visão da Indústria para a COP28", com propostas essenciais para as negociações brasileiras no fórum global.



Para Rodrigo Rollemberg (MDIC), a indústria brasileira tem compromisso com a mitigação das mudanças climáticas

Mariana Lisbôa, da Suzano, defende que, em espaços de diálogo como as COPs, é necessária a atuação de uma entidade que una o setor produtivo. "É justamente nessa unidade que encontramos força para nos posicionarmos e sermos ouvidos. E a CNI tem feito isso, tanto nacional quanto internacionalmente, com maestria e qualificação. Pude participar de diferentes eventos e testemunhar os resultados dessa representação", diz ela.

2022

POLÍTICA NACIONAL DE ECONOMIA CIRCULAR (PNEC)

Trata-se de uma articulação junto à Comissão de Meio Ambiente do Senado para incluir contribuições do setor no PL 1874/2022, que institui a PNEC. O projeto ainda tramita no Senado Federal.

PROGRAMA ALIANÇA 2.0

O primeiro ano do programa foi marcado pela assinatura de três acordos voluntários para implementação de metodologia de eficiência energética em plantas industriais energointensivas, cada um deles com contrapartida financeira de R$ 400 mil.

2023

CONCESSÃO FLORESTAL

Aprovada pelo Senado, a Lei 14.590/2023 prevê mudanças na Lei de Gestão de Florestas Públicas, responsável por garantir a proteção das florestas e combater a exploração irresponsável dos recursos naturais. Mudanças visam desburocratizar o processo de concessão de florestas.

MERCADO DE CARBONO

O PL 412/2022, que regulamenta o mercado de carbono no país, foi aprovado no Senado e segue para a Câmara.

MAIS MERCADOS PARA PRODUTOS BRASILEIROS

CNI DESENVOLVEU UMA SÉRIE DE AÇÕES PARA PROMOVER A INDÚSTRIA BRASILEIRA MUNDO AFORA E INTEGRÁ-LA AO COMÉRCIO GLOBAL

Profissionalismo da equipe, qualidade técnica crescente e definição de prioridades de comércio exterior. É assim que Tatiana Prazeres, secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), descreve a atuação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para integrar o país ao comércio global nos últimos 13 anos.



Internacionalização da indústria brasileira avança com o apoio da CNI

"Estive à frente da Secretaria de Comércio Exterior do MDIC entre 2011 e 2013, nos primeiros anos da gestão de Robson Andrade na CNI, e retornei em 2023 à mesma posição. Tive a oportunidade de acompanhar, nesse período, a evolução do trabalho da entidade", relata Tatiana. Nesse intervalo, acrescenta, a CNI demonstrou capacidade de unir o setor em torno de temas fundamentais, como a reforma tributária, e, em vários momentos, teve a coragem de se posicionar sobre pautas relevantes.

"Lembro quando, em 2013, a CNI se manifestou a favor do Acordo de Facilitação de Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC), num momento em que as negociações ainda estavam em curso e em que muita gente, até mesmo no Brasil, acreditava que aquele seria um acordo de interesse apenas dos países desenvolvidos, o que, evidentemente, não é correto", recorda ela. "Hoje, não há dúvida de que a facilitação de comércio interessa ao Brasil", diz.

Constanza Negri, gerente de Comércio e Integração Internacional da CNI, explica que atuação da área internacional "engloba tanto a agenda de aprimoramento da competitividade interna do comércio exterior quanto a promoção da integração internacional". Esse trabalho, segundo ela, é pautado em três frentes: defesa dos interesses da indústria, diplomacia empresarial e internacionalização.

Nos últimos anos, o trabalho foi estruturado em 5 eixos: na especialização dos temas de comércio e integração internacional, que são abrangentes; estabelecimento de mecanismos de diálogo com as empresas e entidades e instrumentos de defesa de interesse; produção e disseminação do conhecimento; articulação para o fortalecimento da integração internacional da indústria; e contribuições



à melhoria da política comercial. Segundo Constanza, essa abordagem proporcionou as campanhas de defesa de interesses uma visão estratégica de médio e longo prazo, facilitando o diálogo e a interlocução com o governo proporcionando resultados concretos.

Tatiana destaca, entre os avanços alcançados por meio desse diálogo, a desburocratização e a simplificação do comércio. “Nos últimos 12 anos, o Portal Único de Comércio Exterior saiu do papel e vem contribuindo com a competitividade da economia brasileira. A CNI tem desempenhado um papel importantíssimo no apoio a essa agenda, na realização de estudos técnicos para demonstrar os ganhos associados à desburocratização e na mobilização de esforços para que tenhamos resultados concretos”, lista ela.

Constanza afirma que a CNI produziu mais de 70 estudos e documentos com recomendações de políticas e mais de 30 publicações periódicas, como a *Análise de Política Comercial, Notas e Indicadores Econômicos*. Segundo ela, também foram produzidos mais de 40 informes de política comercial, além de pesquisas e consultas junto às empresas industriais e da publicação de três edições da pesquisa *Desafios à Competitividade das Exportações*.

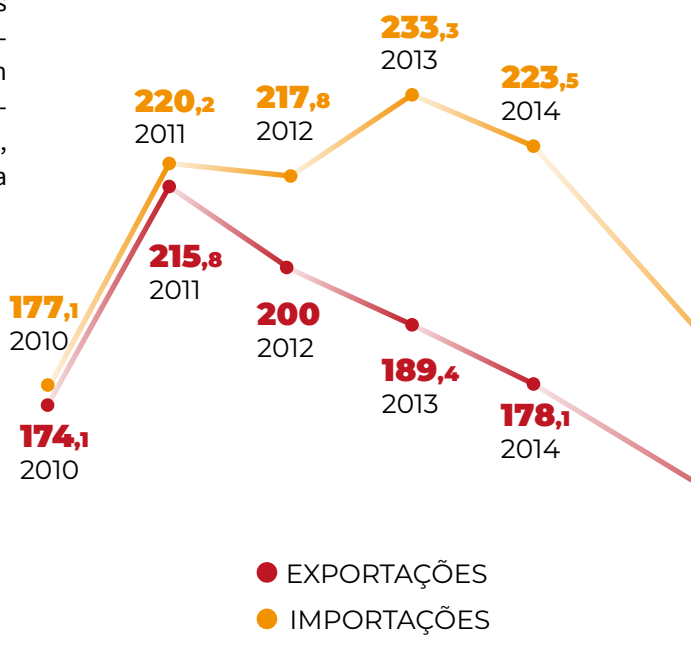
Ao mesmo tempo, afirma Tatiana, a CNI contribui, indicando ao governo formas de melhoria em processos, normas e sistemas que possam resultar em ganhos para o comércio exterior. “Nos últimos meses, tivemos resultados importantes. Um exemplo é a implementação das Licenças Flex, que permitem que uma única licença ampare várias operações de exportação ou de importação. Isso faz com que operadores economizem tempo e recursos e ganhem em previsibilidade e planejamento logístico-operacional”, explica ela.

Fernando Pimentel, diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), cita o Operador Econômico Autorizado (OEA) como exemplo de política de comércio exterior adotada graças às ações da CNI. Implementado pela Receita Federal a partir de 2005, o *Programa OEA* busca dar maior agilidade e previsibilidade aos fluxos do comércio internacional. “Há, ainda, medidas de convergência regulatória, a discussão acerca da participação do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Portal Único de Comércio Exterior”, cita Pimentel. O portal foi lançado em 2014 com o objetivo de atender com mais eficiência às demandas do comércio exterior brasileiro.

Constanza também lista, como contribuições da CNI às políticas de comércio exterior, a conclusão dos acordos do



Constanza Negri (CNI) explica que a entidade se pauta por defesa dos interesses da indústria, diplomacia empresarial e internacionalização



Mercosul com a União Europeia, ainda em processo de finalização, a revisão da oferta do Brasil nas negociações Mercosul-Coreia do Sul e a entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio Brasil-Chile, aprovado pelo Senado Federal em 2021. Em relação a barreiras comerciais, ela destaca a qualificação e notificação de mais de 115 barreiras comerciais no sistema eletrônico do governo federal e a eliminação de barreiras da China e do Canadá.

Tatiana lembra que, nos últimos 12 anos, houve mudanças significativas na ordem internacional. “O acirramento das tensões entre China e EUA, a pandemia e a guerra na Ucrânia tiveram impacto considerável na maneira como os países veem política industrial e política comercial mundo afora. Além disso, a agenda ambiental ganhou enorme relevância: países adotam, com mais frequência, restrições ao comércio com base em motivos ambientais”, afirma. “Ainda que nem sempre haja consenso sobre o tema na indústria, a CNI tem sido capaz de se manifestar de maneira construtiva e equilibrada, contribuindo com sugestões concretas para aperfeiçoar o sistema brasileiro de defesa comercial”, conclui Tatiana.



Tatiana Prazeres (MDIC) destaca a capacidade crescente da CNI de unir a indústria em prol de pautas fundamentais para o setor

EM 13 ANOS, AS EXPORTAÇÕES DA INDÚSTRIA REGISTRAM

CRESCIMENTO DE 48%





F: José Paulo Lacerda/CNI

CNI: 13 ANOS DE AVANÇOS

por
ARMANDO MONTEIRO NETO

Ex-senador e ex-presidente da CNI

Entre 2010 e 2023, a CNI consolidou sua posição de liderança no quadro da representação empresarial do país. Isso decorre não apenas de seu caráter verdadeiramente nacional, com uma visão integradora do Brasil, mas também por estar, em suas ações, sempre sintonizada com os desafios enfrentados pelo setor industrial brasileiro.

Por meio de permanente e qualificada interlocução com o Poder Executivo e o Congresso Nacional, a entidade ajudou no avanço da agenda de reformas do país. Merece destaque sua atuação em favor da modernização da legislação trabalhista e da reforma da previdência, bem como na definição e no aprimoramento de importantes marcos regulatórios para estimular investimentos em infraestrutura.

Ressalte-se, também, o papel central exercido na estratégia de preparação da indústria para os processos de transformação digital e de descarbonização.

Ao longo dos últimos anos, a CNI impulsionou, de forma extraordinária, a agenda de inovação, mobilizando o setor com o fortalecimento do Movimento Empresarial pela Inovação (MEI) e com a criação e disseminação dos Institutos SENAI de Inovação, presentes em várias regiões do país.

A agenda de sustentabilidade também foi prioritária, garantindo sua participação em todas as conferências das Nações Unidas sobre mudança do clima e biodiversidade.

Ainda no cenário global, a CNI intensificou sua presença em mercados estratégicos por meio de inserção nos mais importantes fóruns e mecanismos internacionais.

Registre-se a relevante contribuição oferecida, sob a sua coordenação, pelo Fórum Nacional da Indústria – *locus* revigorado pela participação de mais de 70 associações setoriais – à agenda de melhoria do ambiente de negócios do país e à geração de novas políticas industriais.

E, finalmente, o engajamento decisivo na luta pela Reforma Tributária junto ao Congresso Nacional foi passo fundamental para restaurar a competitividade da indústria brasileira.

No futuro, teremos, sem dúvida, muitos outros desafios, mas, com a busca da coesão do setor empresarial e o indispensável concurso do seu competente corpo técnico e funcional, a CNI garantirá novas conquistas para que o Brasil continue a ter uma das mais importantes plataformas manufatureiras do mundo.

REVISTA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Publicação Mensal da Confederação Nacional da Indústria - CNI
www.cni.com.br

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA CNI

DIRETORIA

PRESIDENTE
Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS
Paulo Antonio Skaf; Antonio Carlos da Silva; Francisco de Assis Benevides Gadelha; Paulo Afonso Ferreira; Glauco José Côrte.

VICE-PRESIDENTES
Sergio Marcolino Longen; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Antonio Ricardo Alvarez Alban; Gilberto Porcello Petry; Olavo Machado Júnior; Jandir José Milan; Eduardo Prado de Oliveira; José Conrado Azevedo Santos; Jorge Alberto Vieira Studart Gomes; Edson Luiz Campagnolo; Leonardo Souza Rogerio de Castro; Edilson Baldez das Neves.

1º DIRETOR FINANCEIRO
Jorge Wicks Côrte Real

2º DIRETOR FINANCEIRO
José Carlos Lyra de Andrade

3º DIRETOR FINANCEIRO
Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

1º DIRETOR SECRETÁRIO
Amaro Sales de Araújo

2º DIRETOR SECRETÁRIO
Antonio José de Moraes Souza Filho

3º DIRETOR SECRETÁRIO
Marcelo Thomé da Silva de Almeida

DIRETORES
Roberto Magno Martins Pires; Ricardo Essinger; Marcos Guerra; Carlos Mariani Bittencourt; Pedro Alves de Oliveira; Rivaldo Fernandes Neves; José Adriano Ribeiro da Silva; Jamal Jorge Bittar; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Julio Augusto Miranda Filho; José Henrique Nunes Barreto; Nelson Azevedo dos Santos; Flávio José Cavalcanti de Azevedo; Fernando Cirino Gurgel.

CONSELHO FISCAL

MEMBROS TITULARES
João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Irineu Milanesi.

MEMBROS SUPLENTES
Clerlânio Fernandes de Holanda; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Ana Maria Curado

SUPERINTENDÊNCIA DE JORNALISMO CNI/SESI/SENAI/IEL

SUPERINTENDENTE
José Edward Lima

GERENTE-EXECUTIVO DE JORNALISMO
Rodrigo Caetano

DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO FSB COMUNICAÇÃO

CONSULTOR EDITORIAL
Wladimir Gramacho

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Rachel Mello (DF 3877/95)

REPORTAGEM
Vivaldo de Sousa, Ana Flávia Flôres e Marina Simon.

ASSISTENTE DE EDIÇÃO
Victor Gomes

REVISÃO DE TEXTO
Renata Portella

PROJETO GRÁFICO E CAPA
Guto Rodrigues

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

tel (61) 3317-9927
imprensa@cni.com.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

Prêmio Nacional de Inovação
8ª EDIÇÃO

Um novo horizonte se abre com quem é referência em inovação

Conheça os vencedores de 2023

Empresas categorias e modalidades	Inovação de Produto	Inovação em Processo	Inovação para Sustentabilidade	Gestão da Inovação	Destaque SST
Pequenos Negócios	Nanoscoping	Deep	Solos	Brintell	Nanoscoping
Médias Empresas	Televale	Paranoá	Christal	Akaer	BMD Têxteis
Grandes Empresas	Enel	Suzano	Natura	Embraer	IBM Brasil

Ecossistemas de Inovação

Pequeno Porte	Pro Move Lajeado
Médio Porte	Ecossistema de Empreendedorismo e Inovação Itajubá Hardtech
Grande Porte	Ecossistema de Inovação de Florianópolis

Pesquisadores Inovadores

Pequenos Negócios	Letícia Mazzarino
Médias Empresas	Pascoal José Giglio Pagliuso
Grandes Empresas	Gustavo Henrique Denzin Tonoli

Reconhecer empresas, ecossistemas de inovação e pesquisadores que carregam a inovação como propósito é celebrar o espírito empreendedor e criativo brasileiro. A CNI e o Sebrae parabenizam os participantes.

Confira os vencedores:

INICIATIVA

15 ANOS MEI

PATROCINADOR EXCLUSIVO

Finep Inovação e Pesquisa

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Governo Federal Brasil União e Reconstrução

CORREALIZAÇÃO

IEL Instituto Euvaldo Lodi PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

SESI SENAI PELO FUTURO DO TRABALHO

REALIZAÇÃO

SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

CNI Confederação Nacional da Indústria PELO FUTURO DA INDÚSTRIA